

'Emendas Pix' crescem e têm apagão de fiscalização

## SEM TRANSPARÊNCIA

## Estados e prefeituras contrariam TCU e ocultam gastos de R\$ 5,4 bi em emendas Pix

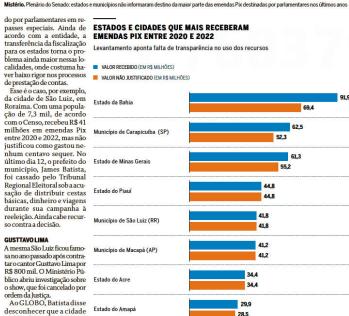
DIMITRIUS DANTAS dimitrius dantas@sp.orlobo.com.br

prefeituras e estados deixa-ram de informar como aplicaram 94% dos recursos recebidos nos últimos três anos via "emendas Pix", mo-dalidade em que o dinheiro público é enviado por parla-mentares a seus redutos elei-torais som procies nasses. torais sem precisar passar pe-los ministérios. Levantamenlos ministérios. Levantamen-to feito pelo GLOBO mostra que, dos R\$ 6 bilhões repassa-dos de 2020 a 2022, apenas R\$ 400 milhões tiveram seu destino justificado ao gover-no federal —o uso de R\$ 5,4 bilhões segue sende um misbilhões segue sendo um mis-tério. A omissão contraria uma orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), que, embora tenha transferi do aos tribunais locais a res ponsabilidade de fiscalizar a ponsabilidade de Inscalizat a verba, recomenda a prefeitos e governadores que enviem relatórios atualizados sobre como estão gastando esses re-cursos da União.

Uma decisão tomada pelo Uma decisao tomada peio TCU em março deste ano indicou que todos os beneficiados com esse tipo de emenda 
parlamentar devem prestar 
contas daaplicação do dinheiro por meio do sistema Transfere Gov, do Ministério da 
Cestão Caso haia omissão na Gestão. Caso haja omissão na apresentação desses dados, a apresentação desses dados, a Corte de Contas poderá abrir achamada "tomada de contas especial", uma espécie de au-ditoria extraordinária na con-tabilidade dessas prefeituras ou governos estaduais. Seis meses após a decisão, entre-tanto, otribunal ainda não de-finiu critérios, como o prafiniu critérios, como os prazos e os dados que devem ser

apresentados. Quem mais recebeu recur-Quem mais recebeu recur-sos via emendas Pix no perío-do foi o governo da Bahia, co-mandado até o ano passado pelo atual ministro da Casa Civil, Rui Costa. Ao todo, fo-ram R\$ 91 milhões tive-dos aos cofres estaduais, mas apenas R\$ 22 milhões tive-ram un destinação intifíca apenas R\$ 22 milhões tive-ram sua destinação justifica-da. Nos relatórios enviados pela administração local, consta que o dinheiro ban-cou, por exemplo, a aquisição de duas estações retransmis-soras para a TV digital do esta-do, por R\$ 7 milhões. Um estudo divulgado pela

Um estudo divulgado pela Transparência Brasil em ju-lho deste ano revelou que há uma concentração de repasses pela modalidade a cidades de pequeno porte, com até 10 mil habitantes. Juntas, elas re-ceberam 25% do total aloca-



da destinação dada pelo governo baiano, tanto Rui Costa quanto a atual ges-tão foram contatados e

Município do Rio de Janeiro (RJ)

Município de Bituruna (PR)

não se manifestaram. Para a diretora-executiva da Transparência Brasil, Juliana Sakai, a dinâmica

das emendas Pix remete à tor (base do orçamento se-mesma falta de controle que era observada no caso que era observada no caso do orçamento secreto, em eram os parlamentares ue recursos eram repassa-os a municípios sem iden-ficar o autor da emenda. — Nas emendas de rela-não para onde o dinheiro

está indo — resumiu Julia-na Sakai.

na Sakai.

O orçamento secreto foi extinto por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano passado. Além da falta de transparência sobre os autores, os recursos eram divididos de maneira designal entre os parlamentagual entre os parlamentares, servindo como instru-

res, servindo como instru-mento para o Executivo manejar apoios políticos. — A gente sabe que o ni-vel de prestação de contas nos municípios é muito in-ferior, então é necessário ter regras que determi-mem como esse processo nem como esse processo tem que ser feito e que as informações sejam colo-cadas em dados abertos para que a gente possa fa-zer o controle disso — afir mou a executiva.

DINHEIRO NA CONTA

Chamadas oficialmente de
"tramsferências especiais",
as emendas Pix foram criadas pelo Congresso em 2020 sob a justificativa de reduzir burocracias na hora reduzir burocracias na hora de parlamentares destina-rem recursos federais a alia-dos. Na prática, elas funcio-nam, de fato, como uma transferência bancária. Por exemplo: para uma prefei-tura conseguir verba públi-ca do governo federal, em geral precisa assinar um convênio com um ministé-rio, que contenha um plano de trabalho definido, com objetivos e metas, além de contrapartidas. Cidades que descumprem essas re-gras ficam impossibilitadas de receber recursos. Isso não se aplica,contudo, às emendas Pix.

No caso delas, deputados No caso delas, deputados e senadores indicam os beneficiados, eo dinheiro apenas cai na conta de prefeituras e governos, que gastam
como julgarem conveniente, desde que não seja para
agar salariso ou dividas.
Mas nem mesmo essa reretatom eido cumerida-

gra tem sido cumprida. Um relatório da Controla-Um relatório da Controla-doria-Geral da União (CGU) de dezembro de 2022 já apontava para os problemas na transparên-cia desses gastos. De uma amostra de 15 transferências, o órgão de controle encontrou casos em que os encontroucasos em que os valores foram usados para pagar salários de servidores, o que é proibido no caso desse tipo de emenda. Apesar de diminuir as burocracias, a CGU destacou que a Constituição determina a prestação de

determina a prestação de contas para qualquer en-tidade que utilize verbas públicas. "Nessa tentati-va de fazer uma redistri-buição de recursos mais célere, algumas previsões fundamentais foram rele gadas. Entre elas, a obri-gação expressa de de-vente reas a plicação demonstrar a aplicação dos recursos repassados por meiode transferências especiais", apontou a CGU.



com o Censo, recebeu R\$ 41 milhões em emendas Pix entre 2020 e 2022, mas não entre 2020 e 2022, mas não justificou como gastou nenhum centavo sequer. No último dia 12, o prefeito do município, James Batista, foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral soba acusação de distribuir cestas básicas, dinheiro e viagens durante sua campanha reeleição. Ainda cabe recurso contra a decisão.

## CUSTTAVOLIMA

Ao GLOBO, Batista disse desconhecer que a cidade não incluiu os relatórios degestão no sistema do go-verno federal. Segundo ele, o valor foi investido em moradia, pavimentação e saneamento básico. O prefeito também disse já ter explicado ao Ministé-rio Público de onde sairia o dinheiro para o show de Gusttavo Lima. A respeito

James Batista

que recursos eram repassa-dos a municípios sem iden-tificar o autor da emenda.

22,0

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Caderno: A Pagina: 4